

## ÍNDICE

NOTA À DÉCIMA SEGUNDA EDIÇÃO	5
PREFÁCIO	7
INTRODUÇÃO	13
PARTE I – ELEMENTOS DA AÇÃO DECLARATIVA	
CAPÍTULO I – O ADVOGADO E O CLIENTE	
1. A consulta	17
2. Tentativa de resolução amigável	20
3. Honorários	22
4. A organização	27
5. Ser capaz de dizer NÃO!	28
CAPÍTULO II – AS PARTES E OS SEUS MANDATÁRIOS	
1. A constituição do mandato forense	31
2. Procuração forense	32
3. Procurações com poderes gerais e com poderes especiais	34
3.1. Substabelecimento	35
Com reserva	36
Sem reserva	37
4. A representação sem mandato e a ratificação dos atos praticados	37
5. A irregularidade do patrocínio e a sua sanação	38
6. Patrocínio exercido por advogado estagiário	39
7. Renúncia e revogação	41
CAPÍTULO III – ATOS DAS PARTES	
1. O prazo judicial	43
2. Prazo perentório e prazo dilatatório	45
2.1. Suspensão do prazo judicial e férias judiciais	46
2.2. Último dia	47

3. Data em que se consideram feitas a citação e a notificação	47
4. Prática de contagem de prazos processuais	51
Primeira operação	52
Segunda operação	52
Terceira operação	52
Quarta operação	52
5. A prorrogação do prazo no caso de previsão legal ou acordo das partes	54
6. O “justo impedimento”. Noção e regime de invocação	55
7. Pagamento com multa	57
8. O prazo geral supletivo (10 dias)	58
9. Entrega ou remessa a juízo das peças processuais	59
9.1. O programa CITIUS	60
9.2. Registo de utilizador	60
9.3. Acesso e funcionalidades	61
10. Exame dos processos na secretaria	62
10.1. Acesso informático	63
11. A “confiança do processo”	64
CAPÍTULO IV – ATOS DA SECRETARIA	67
1. A tramitação eletrónica do processo	67
2. Comunicação de atos: mandado, carta precatória e carta rogatória	69
3. A distribuição	70
4. A notificação avulsa	71
CAPÍTULO V – FORMAS DE PROCESSO	75
1. Processo civil e processo penal	75
Exemplos	76
2. Processo declarativo e processo executivo	77
3. Processo comum	78
Exemplos	79
4. Processos especiais. Processo especial de divórcio sem o consentimento do outro cônjuge	80
5. Procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contrato de valor não superior a € 15 000	83
6. Procedimento especial de despejo	83
7. Processos de jurisdição voluntária a cargo do Ministério Público e do Conservador do Registo Civil	85
8. Julgados de Paz	87
CAPÍTULO VI – PROCESSO COMUM: FASES E PRINCÍPIOS	91
1. Fases do processo	91
2. Ligação entre as fases	93
Exemplo	93

3. Princípios	93
3.1. Princípio do dispositivo	94
Exemplos	95
3.1.1. Formulação do pedido	95
Exemplo 1	96
Exemplo 2	98
3.1.2. Alegação de factos na Reforma de 1995/1996	99
Exemplos	101
Regras inovadoras na Reforma de 1995/1996	102
3.1.3. Alegação de factos com o novo CPC	103
Factos essenciais	103
Complemento ou concretização	105
3.2. Princípio do contraditório	107
Exemplo	108
3.3. Princípio do inquisitório	108
Exemplo	109
3.4. Princípio da adequação formal	110
3.5. Princípio da gestão processual	111
3.6. Princípio da imediação	115
3.7. Princípio da cooperação	115
Exemplos	116
3.8. Princípio da boa fé processual	117
Exemplos	118
3.9. Dever de recíproca correção	119
3.10. Princípio da utilização da linguagem simples e clara	120

## PARTE II – A MARCHA DO PROCESSO

CAPÍTULO VII – O CPC	123
1. Processo declarativo	123
1.1. Uma única forma de processo	123
1.2. Procedimentos cautelares	123
1.3. Fase dos articulados	124
Petição inicial	124
Citação	124
Contestação	125
Reconvenção	125
Exemplo	125
Réplica	126
1.4. Meios de prova	126
1.4.1. Apresentação	126
1.4.2. Alteração	127
1.5. Saneamento e condensação do processo	127

1.5.1.	Despacho pré-saneador	127
1.5.2.	Audiência prévia	127
1.5.3.	Não realização da audiência prévia	128
1.6.	Audiência final	128
1.6.1.	Inadiabilidade da audiência final	128
1.6.2.	Princípio da plenitude da assistência do juiz	128
1.6.3.	Tramitação da audiência	129
1.7.	Sentença	129
1.8.	Recursos	129
	Processo de Execução	130
1.9.	A execução	130
1.9.1.	Títulos executivos	130
1.9.2.	Forma de processo	130
1.9.3.	Tramitação do processo	130
2.	Balanço positivo	131
	CAPÍTULO VIII – A PETIÇÃO INICIAL	133
1.	Trabalho de seleção de factos e de provas	133
1.1.	Ação de divórcio	136
1.2.	Ação de despejo	139
1.3.	Ação de acidente de viação	141
a)	sobre o acidente	142
b)	danos	143
1.4.	Cobrança de dívida	145
1.4.1.	Cálculo dos juros	146
1.5.	Ação de alimentos	148
1.6.	Enriquecimento sem causa	151
2.	Requisitos da petição	152
2.1.	O cabeçalho	152
2.2.	Novo Mapa Judiciário de 2013	153
2.2.1.	Alterações de 2016 ao Mapa Judiciário	158
2.2.2.	Aplicação prática das regras de competência	160
Divórcio		160
Ação de despejo		160
Ação de acidente de viação		161
Ação de dívida		161
Ação de alimentos		161
Ação de enriquecimento sem causa		161
2.3.	Identificação das partes	162
2.4.	Causa de pedir	162
2.5.	Petição inepta e petição deficiente	167
Exemplos		167
2.6.	Matéria de direito	167

2.6.1. Sites jurídicos	168
2.7. O pedido	169
2.7.1. Modalidades do Pedido	169
Pedidos alternativos	169
Pedidos subsidiários	170
Pedidos cumulativos	170
Pedidos genéricos	171
Pedido de prestações vincendas	172
2.8. Indicações complementares	172
2.9. Indicação do valor da ação	173
2.10. Pagamento da taxa de justiça e autoliquidação	173
2.11. Apresentação dos meios de prova	175
3. Entrega da petição inicial	175
CAPÍTULO IX – MEIOS DE PROVA	177
1. Meios de prova admitidos	178
2. Prova testemunhal	179
2.1. Indicação das testemunhas	181
2.2. Limite do número global	181
2.3. Testemunhas residentes no concelho (a apresentar e a notificar)	183
2.4. Testemunhas residentes fora do concelho (a apresentar e meio tecnológico)	183
2.5. Áreas metropolitanas	184
2.6. Testemunhas residentes no estrangeiro	185
2.7. Imputação da testemunha à matéria factual	185
2.8. Recusa legítima a depor	186
2.9. Sigilo profissional	186
3. Prova documental	188
3.1. Meios de prova a partir da Internet e redes sociais	188
3.2. Momento em que os documentos devem ser apresentados	189
3.3. Junção tardia de documentos	190
3.4. Requisição de documentos	191
3.5. Prazo de exame	192
4. Prova por confissão	193
5. Prova por declarações de parte	196
6. Prova pericial	199
6.1. Indicação do objeto da perícia	200
6.2. Fixação do objeto da perícia	201
6.3. Desistência da perícia	201
6.4. Possibilidade de determinação oficiosa da perícia	201
6.5. Caso especial das perícias médico-legais	201
7. Inspeção judicial	202
8. Verificação não judicial qualificada	203

CAPÍTULO X – A CITAÇÃO	205
1. Oficiosidade da citação	205
2. Exceções	206
3. Modalidades da citação	208
3.1. Citação Pessoal	209
3.1.1. Citação postal	209
3.1.2. Citação por agente de execução ou funcionário judicial	210
3.1.3. Citação promovida por mandatário judicial	211
3.2. Citação edital	211
CAPÍTULO XI – A CONTESTAÇÃO	213
1. A versão do cliente	213
Exemplos	214
2. Trabalho de seleção dos factos	214
3. Defesa por impugnação	214
Exemplos	216
3.1. Ónus de impugnação	217
3.1.1. Oposição com a defesa considerada no seu conjunto	218
3.1.2. Inadmissibilidade de confissão	219
3.1.3. Prova por documento escrito	220
4. Defesa por exceção	220
4.1. Exceções dilatórias	220
4.2. Exceções perentórias	223
5. Meios de prova	226
6. Elaboração de contestação	227
6.1. Articulação da matéria relativa à exceção	229
Exemplos	229
6.2. Articulado da matéria relativa à impugnação	230
Exemplo	231
7. Aspectos formais da contestação	233
7.1. Apresentação e entrega	233
7.2. Prazo para a contestação	233
7.3. Apoio judiciário	234
7.4. Prorrogação do prazo	234
8. A revelia	235
8.1. Revelia operante	235
8.2. Revelia inoperante	236
CAPÍTULO XII – A RECONVENÇÃO	237
1. Conceito	237
2. Admissibilidade	238
3. Dedução	240

CAPÍTULO XIII – RÉPLICA	243
1. Réplica	243
1.1. Prazo	244
2. Elaboração da réplica	244
CAPÍTULO XIV – ARTICULADO SUPERVENIENTE	247
1. Conceito	247
2. Prazo	249
3. Tramitação	249
CAPÍTULO XV – SANEAMENTO E CONDENSAÇÃO: COMO ERA?	253
1. O saneamento	253
2. A condensação	253
2.1. Na tradição do CPC de 1939	253
2.2. Na Reforma de 1995/1996	256
2.3. A audiência preliminar (Reforma de 1995/1996) e a condensação	257
CAPÍTULO XVI – SANEAMENTO E CONDENSAÇÃO NO ATUAL CPC	259
1. O despacho pré-saneador	261
Exemplo de despacho	264
2. O despacho saneador	264
3. A audiência prévia	266
3.1. Audiência prévia, como regra	267
3.2. Convocação	269
3.3. Tentativa de conciliação	269
3.4. Discussão de aspetos de facto e de direito e delimitação do litígio	275
3.5. Despacho saneador	275
3.6. Determinação da adequação formal, simplificação ou agilização processual	275
3.7. Identificação do objeto do litígio e enunciação dos temas da prova	275
Questões	277
Exceções	279
3.8. Reclamações das partes	280
3.9. Programação dos atos a realizar na audiência	280
3.10. Alteração do requerimento probatório e aditamento ou alteração ao rol de testemunhas	280
CAPÍTULO XVII – AUDIÊNCIA FINAL	283
1. Marcação da audiência	287
2. Pagamento da segunda prestação da taxa de justiça e reforço de provisão	288
3. Causas de adiamento da audiência final	288
4. Tribunal singular	291
5. Atuação do mandatário	292

6. Ordem de realização dos atos em audiência	292
6.1. Prestação de depoimento de parte	293
6.2. Esclarecimentos verbais dos peritos	293
6.3. Inquirição de testemunhas	293
Inquirição oficiosa	297
6.4. Depoimentos escritos	298
6.5. Junção de documentos	298
6.6. Debate sobre a matéria de facto e de direito (alegações)	298
7. Princípio da plenitude da assistência do juiz	301
CAPÍTULO XVIII – A SENTENÇA	303
1. Formalidades da sentença	303
2. Questões a resolver – ordem do julgamento	304
3. A decisão sobre a matéria de facto	304
Elementos probatórios	305
4. Matéria de direito	306
5. Limites da condenação	306
6. Condenação na liquidação em execução de sentença	306
7. O advogado e a sentença	306
8. Interposição de recurso	307
9. Honorários	308
CAPÍTULO XIX – RECURSOS	311
1. Recurso e reclamação	311
2. Espécies de recurso	313
3. Requisitos de admissibilidade dos recursos	313
3.1. Recorribilidade	313
3.2. Tempestividade	314
Exemplo	314
Trânsito em julgado	315
3.3. Legitimidade do recorrente	315
4. Pagamento da taxa de justiça	315
5. Requerimento de interposição e estrutura das alegações	315
6. O recurso de apelação	318
7. O recurso de revista. A dupla conforme	319
8. Recurso de revisão	319
9. Recurso de uniformização de jurisprudência	320
10. Recurso para Tribunal Constitucional	320
CAPÍTULO XX – PROCEDIMENTOS CAUTELARES	323
1. Noção e natureza	323
2. Inversão do Contencioso	324
3. Modalidades	325

4. Tramitação processual	328
5. Caducidade da providência	329
6. Recurso	329
<b>CAPÍTULO XXI – INVENTÁRIO</b>	<b>331</b>
1. Partilha de bens	331
2. Regresso do inventário aos tribunais	332
3. Competência concorrente	333
4. Regime processual do inventário judicial	334
4.1. Fase inicial	334
4.2. Oposição e verificação do passivo	335
4.3. Audiência prévia de interessados	336
4.4. Saneamento do processo e conferência de interessados	337
4.5. Mapa da partilha e sentença homologatória	338
5. Inventário em caso de divórcio	339
6. Inventário no cartório notarial	339
<b>CAPÍTULO XXII – O PROCESSO EXECUTIVO</b>	<b>341</b>
1. Porquê a execução?	341
1.1. Procedimento Extrajudicial Pré-Executivo (PEPEX)	341
2. Título executivo	343
2.1. Sentença	344
2.2. Documentos autênticos ou autenticados	344
2.3. Títulos de crédito	345
2.4. Documentos a que, por disposição especial, seja atribuída força executiva	345
3. Tribunal competente	346
4. Formas do processo de execução	346
5. Fases da execução	347
5.1. Requerimento de execução	347
5.2. Citação do executado	348
5.3. Embargos de executado	348
5.4. Penhora	349
5.5. Acordo de pagamento	349
5.6. Oposição à penhora	350
5.7. Concurso de credores	350
5.8. Venda e pagamento	350
6. A execução sumária	351
<b>CAPÍTULO XXIII – CUSTAS</b>	<b>355</b>
1. Âmbito das custas	357
2. Pagamento das custas	358
2.1. Taxa de justiça	358
2.2. Encargos	360

2.2.1. Custas de parte	362
2.2.2. Honorários	363
3. Multas	364
4. Contagem das custas	365
CAPÍTULO XXIV – APOIO JUDICIÁRIO	367
1. Consulta jurídica	367
2. Concessão de apoio judiciário	368
3. Intervenção dos advogados no apoio judiciário	370
4. Prazo para intervir	372
5. Acesso ao direito em caso de litígios transfronteiriços	372
CAPÍTULO XXV – MEIOS DE RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS	373
1. Oferta complementar	373
2. Arbitragem	374
3. Mediação	375
BIBLIOGRAFIA ELEMENTAR	377
PARTE III – DOCUMENTOS DE APOIO (ANEXO)	
Doc. 1 – PROCURAÇÃO FORENSE	381
Doc. 2 – SUBSTABELECIMENTO	381
Doc. 3 – DESPACHO	382
Doc. 4 – REQUERIMENTO (para junção de procuração)	382
Doc. 5 – REQUERIMENTO (para renúncia de mandato)	383
Doc. 6 – DESPACHO (notificação da renúncia)	383
Doc. 7 – CONTAGEM DE PRAZOS	384
Doc. 8 – CONTAGEM DE PRAZOS	385
Doc. 9 – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONTESTAR	386
Doc. 10 – DESPACHO (Concessão de prorrogação de prazo)	387
Doc. 11 – REQUERIMENTO (para pedido de confiança de processo)	388
Doc. 12 – NOTIFICAÇÃO AVULSA	389
Doc. 13 – PETIÇÃO INICIAL – Divórcio sem o consentimento	391
Doc. 14 – PETIÇÃO INICIAL – Ação de despejo	394
Doc. 15 – PETIÇÃO INICIAL – Acidente de viação	397
Doc. 16 – AÇÃO DE DÍVIDA	403
Doc. 17 – AÇÃO DE ALIMENTOS	405
Doc. 18 – AÇÃO DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	408
Doc. 19 – NOTA DE CITACÃO	411
Doc. 20 – ANÚNCIO	413
Doc. 21 – CONTESTAÇÃO – Divórcio sem consentimento	414
Doc. 22 – CONTESTAÇÃO E RECONVENÇÃO (despejo)	416

Doc. 23 – CONTESTAÇÃO – ACIDENTE DE VIAÇÃO	419
Doc. 24 – RÉPLICA – (Pedido reconvenional benfeitorias)	422
Doc. 25 – DESPACHO SOBRE INADMISSIBILIDADE DE RÉPLICA	424
Doc. 26 – ARTICULADO SUPERVENIENTE	425
Doc. 27 – DESPACHO DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA	426
Doc. 28 – ATA DE AUDIÊNCIA PRÉVIA	428
Doc. 29 – DESPACHO COM DISPENSA DE AUDIÊNCIA PRÉVIA	430
Doc. 30 – TEMAS DA PROVA (AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	432
Doc. 31 – TEMAS DA PROVA (AÇÃO DE HONORÁRIOS)	433
Doc. 32 – DESPACHO SANEADOR (saneador-sentença, com absolvição de instância)	434
Doc. 33 – TESTE SOBRE REQUERIMENTO DE PROVA	435
Doc. 34 – REQUERIMENTO DE PROVA (CPC Revogado)	438
Doc. 35 – TRANSAÇÃO	440
Doc. 36 – SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO	441
Doc. 37 – ATA DE AUDIÊNCIA FINAL	442
Doc. 38 – SENTENÇA (Acidente de viação)	444
Doc. 39 – SENTENÇA (Paternidade)	451
Doc. 40 – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E ALEGAÇÕES	456
Doc. 41 – DESPACHO DE ADMISSÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO	461
Doc. 42 – JOÃO VIEIRA & ASSOCIADOS – SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL	462
Dossier: 080.007	463
Doc. 43 – ESQUEMA DE TÍTULOS EXECUTIVOS	464
TÍTULOS EXECUTIVOS NO NOVO CPC	465
Doc. 44 – REQUERIMENTO DE CUSTAS DE PARTE	468

